



Observatório das Desigualdades e-Working Paper N°. 1/2015

doi: 10.15847/CIESODWP012015

A Constituição de um Espaço Europeu de Desigualdades

António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins,
Nuno Nunes, Ana Lúcia Romão

Observatório das Desigualdades e-Working Papers (ISSN 2183-4199)
Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

<http://observatorio-das-desigualdades.com/>

António Firmino da Costa, sociólogo, professor catedrático do ISCTE-IUL, investigador do CIES-IUL.
Rosário Mauritti, socióloga, professora auxiliar do ISCTE-IUL, investigadora do CIES-IUL.
Susana da Cruz Martins, socióloga, investigadora pós-doutoral do CIES-IUL.
Nuno Nunes, sociólogo, investigador pós-doutoral do CIES-IUL.
Ana Lúcia Romão, economista, professora auxiliar do ISCSP-UL, investigadora associada do CIES-IUL.

Título: A constituição de um espaço europeu de desigualdades

Resumo: Neste estudo apresenta-se um conjunto de contributos para a caracterização da estrutura do espaço de desigualdades que se formou na Europa atual. O estudo adota uma perspetiva multidimensional das desigualdades e analisa as interseções entre desigualdades distributivas (rendimentos, escolaridades) e desigualdades categoriais (estados nacionais, classes sociais). A pesquisa empírica recorre aos dados do European Social Survey (2012), abrangendo grande parte dos países da Europa. A análise avança uma série de elementos inovadores, nomeadamente: i) questiona as comparações internacionais habituais de rendimentos em PPC; ii) procede ao cálculo de decis de rendimentos transnacionais (europeus); iii) mapeia a localização dos múltiplos segmentos “classe-país” do espaço europeu nas distribuições europeias de recursos económicos (rendimentos); iv) faz o mesmo quanto às distribuições europeias de recursos educativos (escolaridades); v) integra esses elementos numa caracterização estrutural das desigualdades europeias contemporâneas.

Palavras-chave: desigualdades; Europa; classes sociais; rendimentos; educação; análises transnacionais

Title: The constitution of a European inequality area

Abstract: This study presents a set of contributions to the characterization of the inequality structure that came about in present-day Europe. The study holds a multidimensional perspective of inequality and examines the intersections between distributive inequalities (income, education) and categorical inequalities (national states, social classes). The empirical research draws on data from the European Social Survey (2012), covering most European countries. The analysis puts forward a series of innovative elements, namely: i) challenges the usual international comparisons of income in PPS; ii) carries out the calculation of transnational (European) income deciles; iii) maps the location of the multiple "class-country" segments of the European area in the European distribution of economic resources; iv) does the same for the European distribution of educational resources; v) integrates these elements in a structural characterization of contemporary European inequalities.

Keywords: inequality; Europe; social class; income; education, transnational analysis

Como citar este artigo

Costa, AF; Mauritti, R; Martins, SC; Nunes, N; Romão, AL (2015), “A constituição de um espaço europeu de desigualdades”, *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, N.º 1/2015: 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012015.
Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.

O problema

Na segunda metade do século XX, depois de décadas de crises, totalitarismos, guerras e revoluções, a Europa tornou-se um espaço social de crescimento económico, modernização institucional e inovação cultural. Alguns dos traços emblemáticos desse meio século europeu incluem a democracia política e o estado social, assim como a expansão da educação escolar e da mobilidade social intergeracional, o alargamento e recomposição das classes médias e o surgimento de novos estilos de vida. Desse período da sociedade europeia fizeram parte igualmente – de maneira intrínseca e em grande parte explicativa dos traços anteriormente mencionados – organizações sindicais fortes, conflitos laborais intensos, tensões políticas profundas, movimentos sociais e culturais inventivos e transformadores.

Esse espaço europeu, altamente diversificado e heterogéneo (em termos históricos, linguísticos e institucionais, entre outros), era também, desde há muito, um espaço de circulação e de troca, tanto populacional como comercial e intelectual. Na segunda metade do século XX tudo isso se intensificou exponencialmente, gerando-se uma malha densa de fluxos, relações e interinfluências. Nesse contexto, foi sendo construída uma série de entidades supranacionais, a qual culminou na União Europeia, dotada de um complexo de instituições e de uma dinâmica de alargamento.

Tal alargamento abrangeu, nos anos 1980, alguns países do sul da Europa, nos anos 1990 vários países do centro e norte, e, a partir dos anos 2000, diversos países sobretudo do leste do continente. Todos eles partilhavam com o conjunto do espaço europeu – embora de maneiras diferentes – importantes elementos históricos, geográficos, culturais e sociais. Porém os do sul e do leste, designadamente, não tinham partilhado, nas décadas anteriores, as instituições políticas e os níveis de desenvolvimento das “Comunidades Europeias” iniciais.

A integração na esfera institucional da União Europeia incluiu desde início, de forma explícita, um desígnio de convergência e coesão, reafirmado a cada novo alargamento. De modo menos formalizado, mas efetivo, um entendimento semelhante tem sido estendido, mais amplamente, ao conjunto do espaço societal europeu. Nos anos recentes, toda essa dinâmica viu-se atravessada pela crise financeira desencadeada em 2008 e pelas políticas de austeridade que lhe sucederam desde 2010, convertendo essa crise financeira em crise económica e social.

Perante este pano de fundo, pretende-se aqui examinar uma questão que, embora com grande relevância atual, não tem sido devidamente considerada, muito menos esclarecida. Em que medida se verifica presentemente, em contracorrente com as referidas perspetivas de convergência e coesão, *a constituição de um espaço europeu de desigualdades*? A confirmar-se tal hipótese, como se estrutura esse espaço europeu de desigualdades? Que configurações evidencia e segundo que parâmetros?

Desigualdades, estados nacionais, classes sociais

Na análise deste problema de investigação recorreu-se a um conjunto de perspetivas teóricas e instrumentos metodológicos, de que em seguida se dá conta, de maneira necessariamente muito sintética.

Em primeiro lugar, adota-se nesta análise uma *conceção multidimensional de desigualdades*. Nas sociedades contemporâneas as desigualdades relevantes são múltiplas, embora a importância das diversas desigualdades não seja a mesma nem permaneça imutável (Tilly, 2005; Therborn, 2006; Costa, 2012b). Além disso, verificam-se com frequência interseções entre diferentes tipos de desigualdades. Essas interseções de desigualdades assumem também modalidades variáveis. Uma vez reforçam-se, outras vezes contrapõem-se, mas a tendência predominante é para uma acumulação sistémica de múltiplas dimensões de desigualdade.

Em termos analíticos, importa considerar tanto as principais *desigualdades distributivas* como as mais relevantes *desigualdades categoriais* (Costa, 2012b). Nas primeiras evidenciam-se as distribuições desiguais de recursos económicos (Rodrigues et al, 2012; Piketty, 2014; Carmo e Cantante, 2015) e de recursos educativos (Martins, 2012), ambos decisivos no mundo contemporâneo, quer quanto às condições de existência pessoais, quer quanto aos níveis de desenvolvimento sociais. Nas segundas destacam-se, nomeadamente, as desigualdades entre classes sociais e entre estados nacionais. A estas poder-se-ia juntar as desigualdades entre pertenças étnicas, géneros sexuais ou fases dos ciclos de vida, a par de outras que se vão constituindo, persistindo ou dissipando enquanto categorias sociais inigualitárias de maior impacto, seja a nível das relações interpessoais e da vida quotidiana, seja a nível das configurações sociais e dos processos de mudança.

Os fenómenos de desigualdade mais significativos envolvem, em geral, *interseções de desigualdades distributivas e categoriais*. Impõe-se, por isso, prestar particular atenção analítica a essas interseções, em especial quando assumem o caráter de desigualdades estruturais – isto é, desigualdades integrantes dos principais padrões de relações sociais, tendencialmente persistentes e potencialmente produtoras de múltiplos efeitos na vida das pessoas, na organização da sociedade e nos processos que nesta se desenrolam. Nesse sentido, pareceu fundamental proceder a uma análise das desigualdades sociais na Europa focada nas interseções entre desigualdades distributivas e desigualdades categoriais, nomeadamente nas que evidenciam vincado caráter estrutural.

Em segundo lugar, numa investigação sobre a constituição de um espaço europeu de desigualdades, torna-se indispensável esclarecer a perspetiva adotada quanto aos *estados nacionais*, assim como quanto ao espaço social europeu como *contexto social transnacional*.

São conhecidas as críticas, difundidas nas últimas décadas, às concetualizações e estudos de cientistas sociais que assumem, explícita ou implicitamente, perspetivas de “nacionalismo metodológico” (Beck, 2006). Com efeito, hoje mais do que nunca, as relações e dinâmicas sociais, nomeadamente as relativas às desigualdades sociais, não se confinam ao interior das fronteiras de estados nacionais (Costa, 2012a). A presente pesquisa parte da conceção, justamente, de que as desigualdades sociais contemporâneas na Europa não se conseguem identificar e compreender sem que se as analise, expressamente, como desigualdades transnacionais (Costa et al, 2007) – no caso, de âmbito europeu.

No entanto, escapar ao “nacionalismo metodológico” não implica cair no “globalismo abstrato”. Apesar das crescentes interconexões e interdependências transnacionais (algumas delas, aliás, fortemente inigualitárias), as relações e processos sociais não deixam de estar também, em larga medida, “incrustadas” (Polanyi, 2012) em estruturas, culturas e instituições constituídas e atuantes especificamente, e diferenciadamente, no quadro de estados nacionais. Mais do que descurar analiticamente quer o espaço transnacional europeu, quer os estados nacionais, pareceu pertinente, pois, recorrer nesta pesquisa a uma orientação teórico-metodológica que contempla fundamentalmente esses dois “níveis de integração social” (Elias, 1974) e as relações entre eles. Ou, para usar uma terminologia concetual também inspirada em

Norbert Elias (1970), uma perspectiva que se propõe analisar o espaço europeu de desigualdades enquanto *configuração multinível*.

Em terceiro lugar, nesta investigação partiu-se da perspectiva de que uma caracterização do atual espaço europeu de desigualdades, suficientemente esclarecedora, não pode deixar de examinar a sua estruturação não apenas pelos estados nacionais mas também pelas classes sociais.

A pertinência da análise das classes sociais na Europa foi já bem estabelecida em estudos anteriores (Costa et al, 2000; Costa et al, 2007; Almeida, 2013; Carmo e Nunes, 2013; Nunes, 2013). Por outro lado, em termos gerais, as análises de classes têm sido um tema controverso nas ciências sociais. Fazem parte central do desenvolvimento da sociologia e têm tido presença significativa em história, economia, geografia, ciência política, entre outras. Porém, sobretudo nos anos 1990 do século passado, diversos autores promoveram a ideia de que as análises de classes teriam perdido atualidade e relevância para a compreensão e explicação de um conjunto de processos sociais.

Esse entendimento nunca foi generalizado e, pelo contrário, muitas correntes de pensamento e investigação prosseguiram o seu trabalho analítico integrando as classes sociais. Autores como Bourdieu (1979), Goldthorpe (1980) ou Wright (1997) – para mencionar apenas alguns dos mais importantes a este respeito, diferentes entre si mas convergentes na importância atribuída à análise de classes – desenvolveram quadros teóricos e instrumentos de pesquisa empírica que têm sido retomados amplamente nas ciências sociais ao longo das últimas décadas, nos mais diversos domínios.

Uma das razões para algum descrédito que a certa altura atingiu as análises de classes prende-se com a falência do modelo “estrutura-consciência-ação”, designadamente nas suas versões mais deterministas e redutoras. Esse modelo correspondia à noção de que, das pertenças estruturais de classe (económicas) decorreriam linearmente modalidades específicas de consciência (ideológicas/culturais), e destas, por sua vez, sentidos determinados de ação social (principalmente políticos), entendendo essas conexões como encadeamentos rígidos e, no essencial, dedutíveis aprioristicamente. Ora, verificou-se empiricamente que as coisas muitas vezes não se passam assim. Os processos sociais são bem mais complexos, as diversas esferas de relações sociais têm lógicas próprias e margens de autonomia consideráveis, e as conexões entre elas envolvem mediações variadas. A pesquisa empírica não é dispensável para averiguar das relações que efetivamente se estabelecem em cada caso.

Hoje em dia, as análises sociológicas envolvendo classes sociais reportam-se, em geral, a uma ou várias das seguintes dimensões:

- *estruturas de classes*, divisão social do trabalho, lugares estruturais;
- *classes de agentes*, socialização, trajetórias sociais;
- *estilos de vida*, padrões de práticas quotidianas, valorização simbólica, status;
- *identidades sociais*, mapas cognitivos de categorias sociais, classes subjetivas;
- *ação coletiva*, atores institucionais, movimentos sociais, políticas de classe.

Estas dimensões não se reduzem uma às outras nem se deixam deduzir umas das outras. Porém, as relações entre elas são muitas vezes relevantes e a sua análise contém elevadas potencialidades de caracterização e explicação relativamente a uma ampla gama de fenómenos sociais. Algumas investigações articulam todas estas dimensões, mobilizando também outros fatores; outras mobilizam algumas delas, embora como complemento a outros focos de análise principais; outras, ainda, concentram-se na análise de uma ou várias dessas dimensões (Savage et al, 2013).

O estudo aqui sinteticamente apresentado, sobre o atual espaço europeu de desigualdades, convoca principalmente para a análise as estruturas de classes, conjugando este parâmetro de desigualdade categorial (classes sociais) com outros parâmetros também fundamentais, nesse espaço, de desigualdade categorial (estados nacionais) e de desigualdade distributiva (rendimentos, escolaridades).

Especificações metodológicas

Este estudo assenta numa análise extensiva e comparativa, tomando como fonte empírica a informação contida na base de dados do European Social Survey 2012. Foram considerados na análise 24 países europeus abrangidos por esta ronda do ESS, incluindo a maior parte dos países da União Europeia e os outros três países associados do Espaço Económico Europeu (Islândia, Noruega e Suíça).

Os dados trabalhados tomam como unidade de análise indivíduos com idades compreendidas entre 25 e 64 anos, caracterizados nos seus perfis de “rendimento” e “escolaridade” (desigualdades distributivas), “nacionalidade” e “classe social” (desigualdades categoriais), através de um conjunto de indicadores harmonizados. A

faixa etária delimitada permite comparações entre indivíduos com escolaridade concluída e com inserção potencial corrente na esfera profissional, razões pelas quais é usualmente utilizada em estudos comparativos internacionais.

A variável rendimento operacionalizada neste estudo inclui todas as componentes de rendimento monetário do agregado doméstico, incluindo rendimentos de trabalho por conta própria e por conta de outrem, rendimentos de capital (juros, dividendos), rendimentos prediais e transferências. Para a construção dos indicadores nacionais e europeus de rendimento associados às análises realizadas na presente pesquisa, procedeu-se a um conjunto de operações de padronização e harmonização, envolvendo nomeadamente a conversão de moeda para os países que não usam o Euro, o cálculo de rendimento anual reportado a 12 meses, e o cálculo dos rendimentos líquidos para os países que apresentam dados de rendimentos brutos. Quer para a conversão em Euros, quer para o cálculo do rendimento anual disponível, o ano de referência foi 2012.

Atendendo a que a variável rendimento fornecida pelo ESS não corresponde a um valor nominal mas a um valor situado numa escala de intervalos, distinta de país para país, foi necessário calcular a média de cada um dos escalões apresentados para cada país. No caso dos rendimentos mais baixos, definiu-se um valor de referência correspondente a dois terços do limite superior do escalão respetivo. Quanto aos escalões de topo, estimou-se o valor equivalente a uma vez e meia o limite inferior desse nível de rendimentos mais elevados. Em ambos os casos seguiram-se critérios referenciados na bibliografia especializada (Layard, Mayraz e Nickell, 2008), após confrontação com vários outros possíveis.

Definidas as médias de rendimento dos agregados familiares, procedeu-se à construção de uma nova variável relativa ao rendimento líquido por indivíduo equivalente, por país. Para este cálculo utilizou-se a escala de equivalência *Square root scale* (OECD, 2011), obtendo-se assim um valor por indivíduo equivalente que serviu de base para toda a análise. A partir do rendimento auferido por cada um dos indivíduos equivalentes dentro de cada decil de cada um dos países da amostra, foi calculado o valor total de rendimento de cada um dos decis, o *share* do decil e o rendimento médio do decil. Nesta abordagem foi acionado o ponderador de pós-estratificação do ESS (*Post-stratification weights*), recentemente disponibilizado pelo ESS, que corrige o desenho da amostra utilizando informação auxiliar relativamente a grupos etários, sexo, educação e região, de forma a reduzir erros de amostragem e desvios de tendência resultantes do peso de não respostas.

Feito o apuramento da distribuição dos rendimentos por decis em cada país, procedeu-se à construção de uma distribuição agregada, transnacional, de *decis europeus*. Os procedimentos seguidos foram semelhantes aos descritos anteriormente, com a diferença que, desta feita, no cálculo dos rendimentos de cada decil europeu, se tomou como referência o universo total de indivíduos incluídos na amostra do conjunto de países em análise. Nesta operação utilizou-se um outro ponderador (*newweight*) que combina o ponderador de estratificação descrito atrás (*pspwght*) com um ponderador de ajustamento do peso percentual dos países (em termos de dimensão real) no contexto da amostra (*pweight*).

Para efeito das análises desenvolvidas no presente estudo, esta variável refere-se, assim, ao rendimento anual por adulto equivalente após impostos e contribuições obrigatórias sobre o rendimento, e foi calculada em Euros e em PPC, à escala de cada país (decis nacionais) e, de forma agregada, à escala do espaço europeu em análise (decis europeus).

Quanto à escolaridade, os dois indicadores habitualmente utilizados são os níveis educacionais ISCED (*International Standard Classification of Education*) e os anos de escolaridade. Na abordagem desenvolvida no presente estudo optou-se pelo segundo indicador. As razões foram sobretudo operatórias: a possibilidade que este indicador oferece de utilização de uma variável quantitativa. Outro aspeto não menos relevante prende-se com a garantia de maior harmonização da unidade de medida, já que está menos dependente dos sistemas de educação específicos de cada país. Note-se, ainda, que na ISCED (*International Standard Classification of Education*) o número de anos de escolaridade é um dos critérios que integram a definição e delimitação de níveis de educação.

A variável nacionalidade foi de operacionalização direta, uma vez que as bases de dados do ESS estão organizadas por país. Todos os indivíduos com respostas válidas ao ESS 2012, dos países selecionados, na faixa etária dos 25-64 anos, foram considerados na análise.

Finalmente, o indicador de classe social utilizado corresponde à tipologia ACM, proposta por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (Almeida, Costa e Machado, 1994; Costa, 2008), e atualizada por Rosário Mauritti para a ISCO 08 (*International Standard Classification of Occupations 2008*). A operacionalização deste indicador socioprofissional individual de classe integra como

variáveis principais a “profissão” (ISCO 08, dois dígitos) e a “situação na profissão” (três categorias), relacionadas numa matriz de lugares de classe (ver Anexo).

Configurações estruturais do espaço europeu de desigualdades

As análises mais habituais das desigualdades europeias procedem à comparação dos rendimentos médios por país, reconduzindo esses rendimentos a “paridades de poder de compra” (PPC), com o intuito de corrigir disparidades de custos de vida entre diferentes países. Retomando esse procedimento para a população dos 24 países aqui considerados (com 25 a 64 anos), obtêm-se, segundo os dados recolhidos pelo ESS 2012, os valores apresentados na primeira coluna numérica do Quadro 1.

Quadro 1: Rendimentos por país europeu, 2012, em PPC e em Euros
(25-64 anos) (médias nacionais)

Países	PPC	Euros
Bulgária	5506	2588
Hungria	6988	4682
Lituânia	7250	5220
Polónia	8743	5858
Portugal	9513	7230
Eslováquia	10073	7809
Estónia	10275	8165
Eslovénia	11172	8462
R. Checa	11499	9049
Espanha	14778	14554
Chipre	15161	14908
Itália	15513	15873
Islândia	15873	17840
Irlanda	16383	19064
França	17930	20692
Bélgica	18157	21789
Holanda	18983	22772
Alemanha	19079	23467
R. Unido	24274	25859
Finlândia	24864	27915
Suécia	26004	33396
Dinamarca	26505	37477
Noruega	29744	50448
Suíça	35132	55509
Europa	17917	19941

Fonte: ESS 2012

É uma primeira versão das desigualdades distributivas na Europa atual. Essa desigualdade é considerável: o rendimento individual anual na Suíça surge nessa distribuição como, em média, entre 6 a 7 vezes maior do que na Bulgária, já supostamente descontadas as diferenças de custo de vida através da conversão dos rendimentos em PPC.

No entanto, as estimativas de rendimentos através de PPC, correspondendo à partida a um intuito pertinente de ponderação corretora para efeitos comparativos internacionais, revelam-se hoje muito insatisfatórias para dar conta com realismo das desigualdades no espaço europeu e da sua amplitude efetiva. Com efeito, a própria integração crescente do espaço europeu, a intensificação dos fluxos de importações e exportações, a circulação internacional de pessoas nesse espaço, cada vez maior e mais diversificada quanto a finalidades, modalidades e frequências, as transações online e muitos outros processos atuais de transnacionalização, parcial mas não menosprezável, de consumos e modos de vida implicam que uma parte crescente dos custos de existência e das capacidades económicas dos europeus não tenha um caráter estritamente nacional. Vários investigadores e especialistas têm vindo a levantar dúvidas consideráveis às conversões em PPC (Anand e Segal, 2008; Deaton, 2010). Alguns estudos recentes incidindo especificamente sobre as desigualdades de rendimentos no contexto europeu têm considerado necessário recorrer a valores nominais, em substituição ou em complemento das comparações em PPC (Dauderstädt e Keltek, 2011, 2012, 2014).

Nesse sentido, a segunda coluna numérica do Quadro 1 apresenta os rendimentos médios nacionais dos 24 países analisados, expressos em Euros. Para os países que não usam essa moeda fez-se a conversão às taxas de câmbio de 2012 (ano do inquérito ESS aqui utilizado). Como se pode observar, as desigualdades de rendimentos no espaço europeu surgem, assim, a uma luz mais carregada. Em vez de um rácio de 6-7 encontramos um rácio de 20-21 entre os rendimentos médios nacionais extremos. Praticamente o triplo da desigualdade, por assim dizer. Este é um primeiro contributo do presente estudo para a análise das estruturas de desigualdades europeias atuais. Sugerimos que dá conta de desigualdades europeias atuais que as análises em PPC não captam convenientemente, e que não têm sido suficientemente explicitadas. Mas admitimos que os valores obtidos em PPC também têm algum significado.

Provavelmente a situação real estará algures entre as duas caracterizações. Os leitores poderão, assim, balizar melhor as suas próprias interpretações.

Vejamos agora o que se pode descobrir adicionalmente acerca das desigualdades europeias quando se considera o espaço social europeu no seu conjunto, em termos agregados. As desigualdades europeias, designadamente as desigualdades de rendimentos, combinam desigualdades entre países e desigualdades dentro dos países. Essas desigualdades de rendimentos no espaço europeu podem ser captadas diretamente, situando cada indivíduo na distribuição de rendimentos da população europeia considerada globalmente. Recorrendo aos microdados do ESS 2012, constituiu-se uma amostra agregada da população europeia, pertencente aos 24 países mas analisável em conjunto. Foi possível, assim, calcular decis europeus de rendimentos. O Quadro 2 mostra os resultados desta operação analítica.

Quadro 2: Decis europeus de rendimentos, em Euros, 2012
(25-64 anos) (médias e escalões)

Decis	Rendimentos (médias)	Rendimentos (escalões)
1	3078	<= 4599
2	5874	4600 - 6978
3	8195	6979 - 9222
4	10885	9223 - 12509
5	14096	12510 - 15582
6	17098	15583 - 19053
7	20866	19054 - 22769
8	25411	22770 - 28743
9	33796	28744 - 42086
10	58287	>= 42087

Fonte: ESS 2012

Verifica-se que, entre os 10% de europeus com maiores rendimentos e os 10% de europeus com menores rendimentos, o rácio é de 19 a 20. Mais especificamente, é dessa ordem de grandeza o rácio entre as médias dos rendimentos das faixas de população europeia situadas nos decis europeus de rendimentos extremos. Ou, ainda por outras palavras, os 10% de europeus com rendimentos mais elevados têm em média um nível

de rendimento 19 a 20 vezes superior à média dos rendimentos dos 10% de europeus com rendimentos mais baixos. É um grau de desigualdade muito elevado. Se os cálculos fossem feitos em PPC, o resultado (que também calculámos) seria cerca de 12 vezes, o que é ainda um grau de desigualdade muito considerável. O segundo contributo da presente análise consiste, pois, na caracterização das desigualdades de rendimentos no espaço europeu como um todo, em termos da distribuição do conjunto da população da Europa (24 países considerados) por *decis europeus de rendimentos*.

Estamos agora em condições de avançar na análise, examinando como é que as desigualdades distributivas de rendimentos se relacionam, no espaço europeu, com dois tipos fundamentais de desigualdades categoriais, relativas aos estados nacionais e às classes sociais. Em termos preliminares, as articulações entre estas duas variáveis categoriais são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Classes sociais na Europa e por país, 2012
(25-64 anos) (% em linha)

Países	Classes sociais				
	EDL	PTE	TI	EE	O
Alemanha	12,7	34,1	3,7	29,2	20,3
Bélgica	19,4	33,7	3,0	26,3	17,6
Bulgária	10,2	21,6	5,2	31,7	31,3
Chipre	14,9	27,2	6,4	34,5	16,9
Dinamarca	12,3	31,7	2,5	37,2	16,2
Eslováquia	9,6	21,6	3,9	30,6	34,2
Eslovénia	13,9	31,7	3,9	21,4	29,1
Espanha	13,0	31,7	6,7	27,9	20,8
Estónia	17,1	30,7	2,8	21,1	28,3
Finlândia	11,2	38,9	5,1	25,7	19,0
França	9,6	35,3	2,6	30,8	21,7
Holanda	17,3	38,4	4,3	29,4	10,7
Hungria	7,1	25,6	4,9	28,5	34,0
Irlanda	17,1	24,5	6,9	34,2	17,3
Islândia	24,2	36,3	5,9	20,6	13,0
Itália	13,7	27,9	8,6	23,4	26,4
Lituânia	7,8	22,2	3,4	28,8	37,8
Noruega	11,2	43,2	3,2	27,3	15,2
Polónia	17,3	26,1	10,6	19,7	26,2
Portugal	7,2	17,8	7,7	33,2	34,1
R. Unido	16,4	28,5	7,4	32,2	15,5
R. Checa	10,5	29,4	4,9	28,8	26,4
Suécia	15,5	39,4	3,5	26,2	15,4
Suíça	19,9	38,5	4,4	24,0	13,2
Europa	13,5	31,1	5,7	28,1	21,6

Fonte: ESS 2012

Legenda:

EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais
 PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento
 TI – Trabalhadores Independentes
 EE – Empregados Executantes
 O – Operários

Recorrendo aos dados do ESS 2012, e utilizando a tipologia ACM de lugares de classe (referenciada nos pontos anteriores e explicitada operatoricamente em Anexo), é possível identificar uma composição social europeia com cerca de 50% de assalariados de base. Entre estes, os empregados executantes (administrativos, comerciais e dos serviços) são hoje mais numerosos na Europa do que os operários (industriais, oficinais, dos transportes e da agricultura), os quais, em todo o caso, abrangem cerca de 20% dos europeus. Quase um terço da população europeia é constituído por profissionais técnicos e de enquadramento, isto é, por quadros e técnicos assalariados de qualificação intermédia ou superior, parte principal do que se pode entender hoje por “classes médias” no contexto europeu, e protagonistas mais destacados das dinâmicas contemporâneas de “sociedade do conhecimento”. Os empresários, dirigentes e profissionais liberais, conjugando posições no vértice superior das relações assimétricas de propriedade, poder e status, constituem um pouco mais de 10% da população europeia. Importa notar, porém, que entre metade e dois terços destes são de facto micro e pequenos empresários, cuja situação estrutural pode ser considerada como correspondendo a um outro segmento das classes médias (o segmento do pequeno empresariado). Os trabalhadores independentes aproximam-se destes últimos na vertente de autonomia jurídica e responsabilidade contratual e aproximam-se dos assalariados de base nas vertentes das qualificações e dos rendimentos, representando cerca de 5% dos europeus. A referida estrutura transnacional de lugares de classe no espaço europeu tem, como é notório, concretizações variadas no âmbito dos diversos estados nacionais – questão em que não nos deteremos por agora, mas cujas implicações são muito significativas (veja-se a este respeito, por exemplo, Costa et al, 2000, 2007).

No prosseguimento do fio condutor da presente investigação, importa passar de imediato à concretização da análise das relações entre estas dimensões de desigualdade estrutural (classes sociais, estados nacionais) e as desigualdades distributivas de rendimento.

O Quadro 4 mostra os resultados dessa análise. São resultados muito significativos para o conhecimento do atual espaço europeu de desigualdades. Evidenciam um grau de desigualdade bastante elevado, porventura inesperadamente elevado. O rácio entre os rendimentos dos “segmentos classe-país” extremos, no âmbito europeu analisado, os segmentos “EDL-Suíça” e “EE-Bulgária”, é cerca de 35. Ou seja,

os membros do primeiro segmento têm, em média, rendimentos 35 vezes maiores do que os do último.

Quadro 4: Rendimentos na Europa, por classe social e país, 2012
(25-64 anos) (médias de rendimentos, em Euros)

Países	Classes sociais					Total
	EDL	PTE	TI	EE	O	
Bulgária	3738	3574	2246	2035	2237	2588
Hungria	6090	5926	4555	4321	3899	4682
Lituânia	7272	6069	5767	4679	4773	5220
Polónia	8586	7142	4675	4424	4495	5858
Portugal	8229	11618	6757	6090	6350	7230
Eslováquia	11445	9694	8580	7078	6516	7809
Estónia	11176	9519	6602	5812	6971	8165
Eslovénia	10571	10348	7850	7748	6265	8462
R. Checa	11949	10550	10872	7698	7854	9049
Espanha	20341	18662	10360	11315	10381	14554
Chipre	18071	18887	14644	12365	11561	14908
Itália	18013	22115	10251	15217	10388	15873
Islândia	19852	18063	14241	17156	15847	17840
Irlanda	24448	23806	18093	15834	14150	19064
França	29849	25544	16225	16075	15838	20692
Bélgica	28271	24762	15600	17663	16373	21789
Holanda	27888	24952	18756	19539	15980	22772
Alemanha	30298	27849	19770	19984	17525	23467
R. Unido	31544	33733	18637	20169	18576	25859
Finlândia	35121	31902	21835	23749	22443	27915
Suécia	39533	37427	24677	26905	29699	33396
Dinamarca	49710	41970	30916	32111	32428	37477
Noruega	60261	57283	42574	41232	41058	50448
Suíça	70493	61314	37776	43907	41602	55509
Europa	26591	25510	13696	16565	13487	19941

Fonte: ESS 2012

Talvez ainda mais elucidativo seja localizar cada um destes segmentos classe-país na distribuição dos decis europeus de rendimentos, atrás determinada. O Quadro 5 mostra a configuração matricial dessas interseções de desigualdades. No espaço europeu de desigualdades os segmentos classe-país situam-se de maneira muito inigualitária nos decis europeus de rendimentos. Em certos países todos os segmentos de classe se localizam nos decis europeus de rendimentos mais baixos. Noutros acontece o inverso, com todos os segmentos de classe situados nos decis europeus de rendimentos mais elevados. Em muitos casos as localizações são intermédias e as variações maiores. Em Portugal, por exemplo, os vários segmentos classe-país situam-se nos decis europeus de

rendimentos 2, 3 e 4. Isto é, não só são desiguais entre si, a nível nacional, mas também se localizam em posição relativa muito desfavoravelmente desigual no espaço europeu.

Quadro 5: Decis europeus de rendimentos, por classe social e país, 2012
(25-64 anos)

Países	Classes sociais					Total
	EDL	PTE	TI	EE	O	
Bulgária	1	1	1	1	1	1
Hungria	2	2	1	1	1	2
Lituânia	3	2	2	2	2	2
Polónia	3	3	2	1	1	2
Portugal	3	4	2	2	2	3
Eslováquia	4	4	3	3	2	3
Estónia	4	4	2	2	2	3
Eslovénia	4	4	3	3	2	3
R. Checa	4	4	4	3	3	3
Espanha	7	6	4	4	4	5
Chipre	6	6	5	4	4	5
Itália	6	7	4	5	4	6
Islândia	7	6	5	6	6	6
Irlanda	8	8	6	6	5	7
França	9	8	6	6	6	7
Bélgica	8	8	6	6	6	7
Holanda	8	8	6	7	6	8
Alemanha	9	8	7	7	6	8
R. Unido	9	9	6	7	6	8
Finlândia	9	9	7	8	7	8
Suécia	9	9	8	8	9	9
Dinamarca	10	9	9	9	9	9
Noruega	10	10	10	9	9	10
Suíça	10	10	9	10	9	10
Europa	8	8	5	6	5	7

Fonte: ESS 2012

Se o cálculo fosse em PPC, as posições relativas no espaço europeu confirmar-se-iam como muito desfavoravelmente desiguais. Para Portugal, por exemplo, os segmentos classe-país localizar-se-iam nos seguintes decis de rendimentos europeus: os EDL no decil europeu 4, os PTE no decil europeu 6, e os TI, EE e O no decil europeu 3. No conjunto europeu a estrutura de desigualdades apresentaria basicamente uma configuração análoga à do Quadro 5, mesmo que um tanto mais comprimida.

O terceiro contributo do presente estudo consiste, pois, em proporcionar uma análise das desigualdades de rendimentos (distributivas) segundo uma matriz que combina duas dimensões estruturais fundamentais, estados nacionais e classes sociais, geradoras de desigualdades categoriais profundas e multifacetadas, designadamente

num espaço de inter-relação densa mas inigualitária como é o espaço europeu atual. Essas vertentes estruturais envolvem instituições centrais da modernidade: estado nacional (em versão de “contexto de globalização”, concretamente de integração transnacional no espaço europeu) e divisão social do trabalho capitalista (em versão de “modernidade avançada” ou de “sociedade do conhecimento”). Nesta, para além das relações assimétricas envolvendo propriedade económica, poderes organizacionais e trabalho assalariado, também as relações assimétricas envolvendo as qualificações passaram a constituir um componente estrutural fundamental.

A caracterização destas outras interseções entre desigualdades distributivas (neste caso, educativas) e desigualdades estruturais (classes, estados), quarto contributo do estudo, vem expressa no Quadro 6.

Quadro 6: Recursos educativos na Europa, por classe social e país, 2012
(25-64 anos) (anos de escolaridade, médias)

Países	Classes sociais					Total
	EDL	PTE	TI	EE	O	
Portugal	11	15	7	9	7	9
Bulgária	14	15	11	11	11	12
Itália	13	15	10	12	9	12
Suíça	14	14	10	11	10	12
Eslovénia	15	15	11	12	10	13
Hungria	15	15	13	12	11	13
França	15	15	12	12	11	13
Polónia	15	15	12	12	11	13
Chipre	15	16	11	12	11	13
Eslováquia	15	15	13	13	12	13
R. Checa	15	15	13	13	12	13
Lituânia	15	15	13	13	12	13
Bélgica	15	15	12	12	11	14
Dinamarca	15	15	13	13	12	14
Noruega	15	16	11	12	12	14
Estónia	15	16	13	13	12	14
R. Unido	15	16	12	13	12	14
Suécia	14	16	13	12	12	14
Espanha	17	18	12	12	11	14
Alemanha	17	16	14	13	12	14
Finlândia	15	17	12	13	12	15
Irlanda	16	17	14	14	13	15
Holanda	16	16	13	13	12	15
Islândia	17	17	13	14	13	15
Europa	15	16	12	12	11	13

Fonte: ESS 2012

Também neste plano fica evidenciada a constituição de um espaço europeu de desigualdades. A localização dos segmentos classe-país na distribuição europeia de recursos educativos (operacionalizados, simplificada, pelos anos de estudos) revela uma estrutura inigualitária específica, em parte distinta da que caracteriza as desigualdades de recursos económicos (rendimentos). Sobressai nitidamente, no plano das desigualdades educativas, uma clivagem entre, por um lado, as classes assalariadas de base (EE, O) e os trabalhadores independentes pouco qualificados (TI), e, por outro lado, as classes dominantes (EDL) e as classes médias qualificadas (PTE).

Em Portugal localizam-se segmentos classe-país particularmente destituídos de recursos educativos no contexto europeu, nomeadamente os EE, O e TI. A classe empresarial e dirigente do país também se posiciona de maneira particularmente negativa nesse contexto. Só os PTE aparecem razoavelmente a par dos níveis de recursos educativos dos seus congéneres europeus. Note-se, contudo, que estes têm no país apenas cerca de metade do peso percentual da média europeia (Quadro 3). As interseções de desigualdades manifestam-se de múltiplas maneiras e em diversas configurações.

Conclusões

A investigação de que aqui apresentamos sinteticamente alguns resultados dá conta da constituição atual de um *espaço europeu de desigualdades*.

Esse espaço é hoje caracterizado por desigualdades de recursos económicos (rendimentos) que se revelam extremamente acentuadas, quer se examinem segundo rácios interdecis europeus (da ordem das 20 vezes), quer se analisem mais estruturalmente em termos de segmentos classe-país (da ordem das 35 vezes). Além disso, evidenciam uma clivagem polarizadora sobretudo “horizontal” (entre conjuntos de países) na mediana dos rendimentos europeus.

Esse espaço europeu de desigualdades contemporâneo é caracterizado, também, por desigualdades educativas bastante relevantes, embora menos acentuadas. Apresenta neste aspeto uma clivagem sobretudo “vertical”, entre classes proprietárias, dirigentes e profissionais (EDL, PTE) e classes trabalhadoras assalariadas ou independentes (O, EE, TI), com rácios, em média, entre 15-16 e 11-12 anos de escolaridade, respetivamente.

Em suma, a configuração desse espaço europeu de desigualdades:

a) manifesta-se em distribuições muito desiguais de recursos económicos (rendimentos) e recursos educativos (escolaridade) – sendo as desigualdades de rendimentos particularmente intensas;

b) assenta em dois elementos estruturais decisivos, estados nacionais e classes sociais, envolvendo dimensões constitutivas centrais da modernidade avançada, a organização estatal em processo de integração transnacional e a divisão social do trabalho capitalista em versão de sociedade do conhecimento;

c) constitui-se como configuração a dois níveis (nacional e transnacional), na qual as desigualdades de âmbito europeu surgem como cada vez mais significativas – talvez inesperadamente, pelo menos face aos desígnios manifestos das instituições e políticas europeias do último meio século, mas nem por isso com menores implicações.

Referências bibliográficas

- Almeida, JF (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais, 263 p.
- Almeida, JF; Costa, AF; Machado, FL (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in Reis, A (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores: 307-330.
- Anand, S; Segal, P (2008), “What do we know about global income inequality?”, *Journal of Economic Literature*, 46 (1): 57-94.
- Beck, U (2006), *Cosmopolitan Vision*, Cambridge, Polity Press, 201 p.
- Bourdieu, P (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit, 670 p.
- Carmo, RM; Nunes, N (2013), “Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey”, *European Societies*, 15 (3): 373-387.
- Carmo, RM; Cantante, F (2015), “Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 77: 33-51.
- Costa, AF (2008 [1999]), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta, 528 p.
- Costa, AF (2012a), “Desigualdades globais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68: 9-32, doi 10.7458/SPP201268691.
- Costa, AF (2012b), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais, 186 p.
- Costa, AF; Mauritti, R; Martins, SC; Machado, FL; Almeida, JF (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 9-43.
- Costa, AF; Machado, FL; Almeida, JF (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, in Costa, AF, Machado, FL & Ávila, P (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Lisboa, Celta: 5-20.
- Dauderstädt, M; Keltek, C (2011), “Immeasurable inequality in the European Union”, *Intereconomics*, 1: 44-51.

- Dauderstädt, M; Keltek, C (2012), “Eurocrisis: inequality is rising again in Europe”, Berlin (FES), <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/09331.pdf>
- Dauderstädt, M; Keltek, C (2014), “Crisis, austerity and cohesion: Europe’s stagnating inequality”, Berlin (FES), <http://library.fes.de/pdf-files/id/ipa/10672.pdf>
- Deaton, A (2010), “Price indexes, inequality, and the measurement of poverty”, *The American Economic Review*, 100 (1): 5-34.
- Elias, N (1980 [1970]), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 204 p.
- Elias, N (1974), “Towards a theory of communities”, in Bell, C & Newby, H (eds.), *The Sociology of Community*, London. Frank Cass: ix-xli.
- Goldthorpe, J; Llewellyn, C; Payne, C (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Oxford University Press, 310 p.
- Layard, R; Mayraz, G; Nickell, S (2008), “The marginal utility of income”, *Journal of Public Economics*, 92 (8-9): 1846-1857.
- Martins, SC (2012), *Escolas e Estudantes da Europa. Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*, Lisboa, Mundos Sociais, 223 p.
- Nunes, N (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Mundos Sociais, 186 p.
- OECD (2011), *What Are Equivalence Scales?*, <http://www.oecd.org/eco/growth/OECD-Note-EquivalenceScales.pdf>
- Piketty, T (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge (Mass.), Belknap/Harvard, 685 p.
- Polanyi, K (2012 [1944]), *A Grande Transformação*, Lisboa, Edições 70, 554 p.
- Rodrigues, CF (coord.); Figueiras, R; Junqueira, V (2012), *Desigualdade Económica em Portugal*, Lisboa, FFMS, 236 p.
- Savage, M; Devine, F; Cunningham, N; Taylor, M; Li, Y; Hjelbrekke, J; LeRoux, B; Friedman, S; Miles, A (2013), “A new model of social class? Findings from the BBC’s Great British Class Survey experiment”, *Sociology*, 47 (2): 219–50.
- Therborn, G (ed.) (2006), *Inequalities of the World*, London, Verso, 332 p.
- Tilly, C (2005), “Historical perspectives on inequality”, in Romero, M & Margolis, E (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell: 15-30.
- Wright, EO (1997), *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 576 p.

Anexo: Matriz de lugares de classe (tipologia ACM)

Grupos de profissões (ISCO 08 / CPP 2010)	Situação na profissão		
	Patrão	TPCP	TPCO
1 Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	EDL	EDL	EDL
2 Especialistas das atividades intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3 Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4 Pessoal administrativo	EDL	TI	EE
5 Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	EDL	TI	EE
6 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	EDL	TI	O
7 Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	EDL	TI	O
8 Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	O
9 Trabalhadores não qualificados			
91 Trabalhadores de limpeza	EDL	TI	EE
92 Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	EDL	TI	O
93 Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	EDL	TI	O
94 Assistentes na preparação de refeições	EDL	TI	EE
95 Vendedores ambulantes (exceto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	EDL	TI	EE
96 Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	EDL	TI	EE

Legenda:

EDL – Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais
PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento
TI – Trabalhadores Independentes
EE – Empregados Executantes
O – Operários